Tradução

A política da ontologia: posições antropológicas[1]

Martin Holbraad
Departamento de Antropologia – University College London

Morten Axel Pedersen
Departamento de Antropologia – University of Copenhagen

Eduardo Viveiros de Castro
Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tradução:
Rafael Antunes Almeida
Instituto de Humanidades – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Andressa Lewandowski
Instituto de Humanidades – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Numa primeira impressão, "ontologia" e "política" são uma companhia improvável. Enquanto a ontologia evoca a essência, a política, tal como os cidadãos modernos, democráticos e multiculturais tendem a concebê-la, se caracteriza por desmascarar essências e por afirmar em seu lugar as capacidades dos coletivos humanos de construir mundos. Ainda assim, a noção de uma construção social da realidade comporta uma ontologia particular muito poderosa – e aqui nos referimos também ao aspecto político do seu poder. A despeito disso, como antropólogos, estamos sintonizados com "os poderes dos fracos"[2]- e com as várias conexões complexas – algumas delas crucialmente negativas – entre as diferenças de poder (política) e os poderes da diferença (ontologia).

Então, para os propósitos da discussão, começaremos com uma distinção ampla entre três diferentes maneiras por meio das quais a ontologia e a política estão correlacionadas nas Ciências Sociais e disciplinas cognatas, cada uma delas associadas a prescrições metodológicas, injunções analíticas e visões morais: 1) o conceito filosófico tradicional de ontologia, para o qual a política toma a forma implícita de uma injunção para descobrir e disseminar uma única verdade absoluta sobre *como as coisas são*; 2) a crítica

[1] Traduzido de HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Mortel. A ; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "The Politics of Ontology: Anthropological Positions." Theorizing the Contemporary. Cultural Anthropology Website. Disponível em: https://culanth.org/fieldsights/462-the-politics-of-ontology-anthropological-positions

[2] N.T: A expressão original é "powers of the weak", aparentemente melhor traduzida por "poderes dos subalternos". Entretanto, decidimos manter a tradução literal para evitar as possíveis confusões com o uso da noção de subalterno em outra tradição de pensamento, a crítica pós-colonial.

sociológica deste essencialismo e de outros, a qual, ao desmascarar todos os projetos ontológicos para revelar a sua insidiosa natureza política, termina afirmando a política crítica do desmascaramento como a sua própria versão de "*como as coisas deveriam ser*"; 3) o conceito antropológico de ontologia, entendido como a multiplicidade de modos de existência materializados em práticas concretas nas quais a política se torna o conjurar não cético dos numerosos potenciais para a questão de saber como as coisas poderiam ser – aquilo que Elizabeth Povinelli (2012b), tal como a entendemos, chama de "the otherwise"[3]

Como "the otherwise" pode se manifestar etnograficamente? Neste ponto, precisamos nos lembrar de que as descrições etnográficas, como todas as traduções culturais, envolvem necessariamente um elemento de transformação ou mesmo de desfiguração. Uma dada análise antropológica equivale a uma "equivocação controlada" (Viveiros de Castro 2004) que, longe de mapear de modo transparente uma ordem social específica ou uma totalidade cultural em outra, depende de "equívocos produtivos" (Tsing 2005), mais ou menos deliberados e reflexivos, para operar as traduções e comparações não apenas entre contextos, mundos e escalas diferentes, mas também dentro deles. Se alguma coisa distingue a virada ontológica de outras orientações metodológicas e teóricas, não é a assunção duvidosa que permite a alguém levar as pessoas e coisas "mais a sério" do que as outras fazem ou desejam fazê-lo[4], mas a ambição, e idealmente a habilidade de atravessar aquilo que estudamos, assim como faz uma artista que conjura uma nova forma a partir das possibilidades que o seu material a permite tornar livre, liberando formas e forças que dão acesso àquilo que poderia ser chamado do lado sombrio das coisas.[5]

Consequentemente, na medida em que a virada ontológica na Antropologia tornou o estudo da diferença etnográfica ou da "alteridade" uma de suas marcas, ela está menos interessada nas diferenças entre as coisas que na diferença *comportada nas* coisas: a política da ontologia consiste na questão de saber como pessoas e coisas podem ser alteradas (Holbraad

---

[3] N.T: A expressão "the otherwise, tal como aparece no trabalho de Elizabeth Povinelli, é uma tradução da palavra francesa "autrement" que, por seu turno, segundo a própria autora observa, figura na expressão "penser autrement", utilizada por Michel Foucault no conjunto de conferências publicadas sob o nome de "Le government de soi et des autres." FOUCAULT, Michel. "Le government de soi et des autres."Paris: Gallimard, 2008. A sua tradução, portanto, tem algo de sinuoso, uma vez o exercício consiste precisamente em "traduzir uma tradução". Ademais, a expressão, assim como é utilizada, comporta uma constelação conceitual que a palavra escolhida deve captar. Dada a dificuldade, decidimos por manter a expressão original. Entre as opções cogitadas para "the otherwise", pensou-se em "a diferença", "o outro modo", "a outra via". Recentemente, Adriana Miranda da Cunha e Paloma Biachi, ao traduzirem o comentário de Elisabeth Povinelli sobre o corrente texto, optaram pela expressão "aquilo-outro". Ver: POVINELLI, Elizabeth. Geontologias do aquilo-outro. Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas, v. 2, n. 27, p. 418-422, 2017.

[4] Ainda assim, alguém pode argumentar de forma incontroversa que levar outras ontologias a sério é, precisamente, traçar as implicações políticas de como as coisas poderiam ser para "nós", considerando como as coisas são para aqueles "outros" que, de fato, levam a sério estas ontologias.

5 N.T: No original: "Dark side of things".

and Pedersen 2009; Pedersen 2012b). A ontologia, até onde a Antropologia em nosso entendimento está implicada, é a dedução transcendental comparativa etnograficamente situada do Ser (o oxímoro é deliberado) tal como ele difere de si (o dito) – ser-como-outro como imanente a ser-como-é. A antropologia *da* ontologia é antropologia como ontologia; não a comparação de ontologias, mas a comparação como ontologia.

Tal como compreendemos, este é o elemento central da virada ontológica: trata-se de uma tecnologia da descrição (Pedersen 2012a) formulada a partir da intenção otimista (não-cética) de tornar o "otherwise" visível por meio de experimentos com as possibilidades conceituais (Holbraad, no prelo) presentes em um dado corpo de materiais etnográficos. Nós enfatizamos que este material pode ser retirado de qualquer lugar, de qualquer tempo e de qualquer pessoa; não há limites para os tipos de práticas, discursos e artefatos que são passíveis da análise ontológica. Aliás, articular "o que poderia ser" nesse sentido implica em uma atitude não-normativa ou antinormativa, que tem implicações políticas em vários sentidos.

De início, apresentar alternativas em modo subjuntivo para declarações sobre o que "é" ou imperativos sobre como "deveria ser", é em si, um ato político – um ato radical, na medida em que nos libera do relativismo simplista que meramente aponta para possibilidades alternativas ("visões de mundo", etc.), e passa ousadamente a emprestar ao "otherwise" todo o peso ontológico para torná-lo *viável como uma alternativa real*. Por exemplo: o relativista relata que naquele e naquele contexto etnográfico o tempo é "cíclico", com "o passado sempre retornando para se tornar o presente." Certamente, esta é uma ideia evocativa. Mas falando estritamente, ela não faz sentido. Ser "passado" é, precisamente, "não retornar para o presente", então um passado que assim o faz não é propriamente um passado (no mesmo sentido que em que solteiro casado não é um solteiro). Por contraste, com um tipo de "turbo-relativismo", o antropólogo inclinado para a ontologia toma essa forma de e(qui)vocação como um ponto de partida para um experimento etnograficamente-controlado com o conceito de tempo, reconceitualizando "passado", "presente", "ser", etc., de tal maneira a tornar "o tempo cíclico" uma forma real de existência. Neste experimento em modo subjuntivo com o "poderia ser", a ênfase se dirige tanto ao "ser" como ao "poderia": "Imagine um tempo cíclico!" o relativista se maravilha; "Sim, e isto é o que ele poderia ser!", responde o antropólogo comprometido com a virada ontológica.

Além do mais, quando essas experimentações ontográficas (Holbraad 2012) são precipitadas pelas revelações etnográficas de pessoas cujas próprias vidas são, de um modo ou de outro, impedidas por uma das ordens hegemônicas reinantes (Estado, Império e

Mercado, em suas combinações sempre voláteis e violentas), então as políticas da ontologia ressoam no seu núcleo com as políticas das pessoas que as produzem. Neste último caso, a política de uma análise antropológica ontologicamente orientada não é meramente contingente do ponto de vista lógico, mas constituída internamente, e moralmente imbricada com as dinâmicas políticas nas quais as pessoas que os antropólogos estudam estão envolvidas, incluindo os posicionamentos políticos que aquelas pessoas podem assumir, para não falar da questão de saber o que a política em si "poderia ser".

Como se sabe, um dos mais citados (e criticados) motes da virada ontológica na Antropologia é a famosa frase: "A antropologia é a ciência da autodeterminação ontológica dos povos do mundo", e seu corolário, a saber: que a missão da disciplina é promover a "descolonização permanente do pensamento" (Viveiros de Castro 2009; para uma versão anterior do argumento, ver Viveiros de Castro 2013(2002).

O primeiro mal-entendido (improdutivo) que deveria ser dissipado é a ideia de que a conexão entre esses dois enunciados equivale à luta pelos direitos dos povos indígenas diante das potências mundiais: não é preciso muita antropologia para se juntar a essas lutas contra dominação política e exploração econômica dos povos indígenas em todo mundo – parece suficiente ser uma pessoa minimamente informada e decente. Quantidade nenhuma de relativismo antropológico e ceticismo profissional poderia servir de desculpa para *não* se juntar a essas lutas.

Em segundo lugar, a ideia de autodeterminação ontológica dos povos não deve ser confundida com um tipo de apoio à essencialização étnica, um primordialismo *Blut und Boden* (Terra e Sangue), ou outras formas de realismo sociocultural. A autodeterminação ontológica significa devolver o ontológico "aos povos" e não os povos ao "ontológico". A política da ontologia como autodeterminação do outro é a ontologia da política como descolonização de *todo pensamento em face de outro pensamento*— pensar no pensamento ele mesmo como "sempre já" em relação ao pensamento dos outros.

Em terceiro lugar, a ideia de autodeterminação do outro significa que um princípio fundamental da ética epistemológica dos antropólogos deveria ser: *sempre deixe uma saída para as pessoas que se está descrevendo*. Não explique demais, não tente atualizar as possibilidades imanentes ao pensamento dos outros, mas faça um esforço para sustentá-las o máximo possível indefinidamente (isto é o que "permanente" quer dizer na frase: "permanente descolonização do pensamento"), evitando tratá-las como fantasia dos outros ou fantasiando que elas possam ganhar a mesma realidade para si. Elas não irão. Pelo menos não "enquanto tal", apenas como outra. A autodeterminação do outro é a outra determinação do eu.

Isso nos leva a um ponto final em relação à promessa política sustentada por abordagens ontologicamente-orientadas na antropologia e nas disciplinas cognatas, a saber: que essa promessa pode ser concebida não apenas em relação ao grau com que tais abordagens estão em afinidade com(ou mesmo ativamente promovem) objetivos políticos particulares, ou com a permanente necessidade de uma crítica do Estado e as viradas do pensamento que as sustentam, mas também em relação a sua capacidade de constituir uma forma de política que está implicada em sua própria operação. Concebida dessa maneira, a virada ontológica não é tanto um meio para fins políticos externamente definidos, mas um fim político em si mesmo. Recapitulando, até certo ponto, nos debates sobre eficácia política da "vida intelectual" (por exemplo, a posição ambivalente da *intelligentsia* marxista aos apelos dos partidos comunistas à militância política no século XX – Adorno, Sartre, Magritte, etc), a questão é se as análises ontologicamente orientadas tornam política o próprio modo de pensar que elas envolvem, de tal maneira que "ser político" se torna uma propriedade imanente da própria forma do pensamento antropológico. Se isso é verdade, então a política da ontografia não reside apenas nas maneiras pelas quais ela pode ajudar a promover determinados futuros, mas também na maneira como ela "configura" o futuro (Krøijer, no prelo) em sua própria constituição.

A premissa maior desse argumento pode estar na apoditicidade semelhante ao cogito (Husserl): pensar é diferir. Aqui, um pensamento que não faz diferença para si mesmo não é um pensamento: os pensamentos tomam a forma de movimentos que vão de uma posição a outra, portanto, se esse movimento não se realiza, nenhum pensamento se realizou. Note que isso não é um credo ontológico (por exemplo, compare com o "princípio ôntico"(2011) de Levi Bryant, que é bem similar, mas lançado na chave filosófica das reivindicações metafísicas), ao contrário, isso aparece como uma declaração da forma lógica do pensamento, uma fenomenologia, no sentido de Simon Critchley (2012,55) que é, além disso, apodíctica, na medida em que se instancia em seu próprio enunciado. A premissa menor, então, seria a ideia (mais discutível) de que *diferir é em si um ato político*. Isso exigiria que aceitássemos que noções políticas não controversas como poder, dominação ou autoridade são instâncias relativas à possibilidade de diferença e seu controle. Falando diretamente (grosseiramente, talvez) a dominação é uma questão de manter a capacidade de diferir sob controle – colocar limites sobre a alteridade e, portanto, ipso facto (isto é, por implicação interna da premissa acima: pensar é diferir) também sobre o pensamento.

Se aceitamos essas duas premissas, então um certo tipo de política torna-se imanente à virada ontológica. Pois, se é correto dizer que a virada ontológica "vira", precisamente,

transmutando recursivamente as exposições etnográficas em criativas experimentações conceituais, então uma antropologia ontologicamente flexionada é orientada para produção da diferença ou "alteridade" enquanto tais.

Independentemente (neste nível de análise) dos objetivos políticos aos quais ela pode se prestar, a antropologia é *ontologicamente política* tanto quanto sua operação pressupõe, e é uma tentativa experimental de "fazer" a diferença como tal. Trata-se de uma antropologia constitutivamente antiautoritária, que toma seu empreendimento para gerar vantagens alternativas a partir das quais as formas de pensamento estabelecidas são submetidas à pressão implacável da própria alteridade e talvez, com isso, alteradas. Poderíamos até chamar de empreendimento intelectual revolucionário, se com isso queremos dizer uma revolução que é "permanente", no sentido proposto acima: a política de sustentar indefinidamente o possível, ou seja, o que "poderia ser".

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Benjamin; MARSHALL, Yvonne. Animating Archaeology: Local Theories and Conceptually Open-Ended Methodologies. **Cambridge Archaeological Journal,** v. 19, nº 3, p. 344–56, 2009.

BRYANT, Levi R. **The Democracy of Objects**. Ann Arbor, Mich: Open Humanities Press, 2011.

CANDEA, Matei. 'Our division of the universe': Making a Space for the Non-Political in the Anthropology of Politics. **Current Anthropology**, v. 52, nº 3, p. 309–34,2011.

CRITCHLEY,Simon. **Infinitely Demanding:** Ethics of Commitment, Politics of Resistance. London: Verso, 2012.

CROOK,Tony. **Anthropological Knowledge, Secrecy and Bolivip, Papua New Guinea**: Exchanging Skin. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DESCOLA,Philippe. **Beyond Nature and Culture**. Translated by Janet Lloyd. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

HAGE,Ghassan. Critical Anthropological Thought and the Radical Political Imaginary Today. **Critique of Anthropology,** v.32, nº 3, p. 285–308, 2012.

HOLBRAAD, Martin. **Truth in Motion**: The Recursive Anthropology of Cuban Divination. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

HOLBRAAD, Martin. Revolución o muerte: Self-Sacrifice and the Ontology of Cuban Revolution. **Ethnos**, 2013

HOLBRAAD,Martin.“Can the Thing Speak? Anthropology, Pragmatology, and the Conceptual Affordances of Things.” Disponível em: http://openanthcoop.net/press/http:/openanthcoop.net/press/wp-content/uploads/2011/01/Holbraad-Can-the-Thing-Speak2.pdf

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten Axel. Planet M : The Intense Abstraction of Marilyn Strathern. **Anthropological Theory**, v, 9, nº 4, p. 371–94, 2009.

KOHN, Eduardo. **How Forests Thinks**: Toward an Anthropology Beyond the Human. Berkeley: University of California Press, 2013

KRØIJER, Stine. **Figurations of the Future**: Forms and Temporality of Left Radical Politics in Northern Europe. Oxford: Berghahn Books.

MOL, Annemarie. **The Body Multiple**: Ontology in Medical Practice. Durham, N.C.: Duke University Press, 2003.

PEDERSEN, Morten Axel. Common Nonsense: A Review of Certain Recent Reviews of the ‘Ontological Turn. **Anthropology of This Century**, v.5, 2012a.

PEDERSEN, Morten Axel. The Task of Anthropology is to Invent Relations: For the Motion. **Critique of Anthropology**, v. 32, nº 1, p. 59–65, 2012b.

POVINELLI, Elizabeth. A. **Economies of Abandonment**: Social Belonging and Endurance in Late Liberalism. Durham, N.C.: Duke University Press, 2012a

POVINELLI, Elizabeth. A. The Will to be Otherwise / The Effort of Endurance. **South Atlantic Quarterly**, v.111, nº 3, p. 453–57, 2012b.

SCOTT, Michael W. **The Severed Snake: Matrilineages, Making Place, and a Melanesian Christianity in Southeast Solomon Islands.** Durham N.C.: Carolina Academic Press. 2007.

TSING, Anna L. **Friction:** An Ethnography of Global Connection. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005

VERRAN, Helen**. Science and an African Logic**. Chicago: University of Chicago Press. 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. And. **Manchester Papers in Social Anthropology**, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. **Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v. 2, nº 1, p. 3–22, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO,Eduardo. **Métaphysiques cannibales**. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. The Relative Native. Translated by Julia Sauma and Martin Holbraad. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 3 nº 3, p.473–502, 2013 (originalmente publicado em 2002)